

HABEAS CORPUS Nº 489.071 - PR (2019/0008923-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : EDIVAN JOSE CUNICO E OUTROS
ADVOGADOS : RODRIGO BIEZUS - PR036244
GIOVANI MARCELO RIOS - PR036084
EDIVAN JOSÉ CUNICO - PR053242
DIOGO LOPES VITORINO - PR081129
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JOCEMARA APARECIDA PRADO DA SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO CAUTELAR. FUNDAMENTOS. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. SITUAÇÃO EXCEPCIONALÍSSIMA VERIFICADA. MITIGAÇÃO DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO HABEAS CORPUS COLETIVO N. 143.641/SP.

1. Inviável o exame da alegada ausência de fundamentação para justificar a decretação e manutenção da prisão preventiva, porquanto deixou de ser juntada aos autos a cópia do acórdão que apreciou a matéria na Corte de origem.
2. Havendo segregação corpórea de mulher, imprescindível para os cuidados a filho menor de 12 anos de idade, cabe ao magistrado analisar acuradamente a possibilidade de substituição da custódia pela prisão domiciliar, legando a medida extrema às situações em que elementos concretos demonstrem claramente a insuficiência da cautela alternativa em foco.
3. *In casu*, tem-se situação *excepcionalíssima* que justifica a mitigação da decisão do Supremo Tribunal Federal no *Habeas Corpus* Coletivo n. 143.641/SP, na medida em que o crime foi praticado com extrema violência e mediante a utilização de verdadeiro arsenal bélico, fornecido pela paciente, em frente à residência da vítima, no momento em que a esposa e filha estavam no interior da casa e ouviram toda a ação delituosa. Vale ressaltar que, segundo o Juízo de primeiro grau, a paciente é apontada como chefe de organização criminosa, sendo responsável pela coordenação de grande parte da atividade de tráfico de drogas.
4. Ordem denegada. Pedido formulado às fls. 182/185 prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, denegar a ordem e julgar prejudicado o pedido de fls. 182/185 nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Brasília, 28 de março de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

